

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.905 - GO (2019/0018244-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JOAO MAURICIO DANTAS LEITE
ADVOGADO : JALES DE OLIVEIRA MELO JUNIOR - GO024808
AGRAVADO : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : MURILLO MACEDO LÔBO - GO014615
WESLEY SANTOS ALVES - GO033906
GABRYELLA SALES DA COSTA - GO044942
AGRAVADO : CASA AGROPECUARIA COMERCIO DE PRODUTOS
AGROPECUARIOS LTDA
ADVOGADOS : LAZARO REGIS BORGES - GO022857
OTACILIO AUGUSTO GONÇALVES RIOS JUNIOR -
GO038243

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042, do CPC/15), interposto por JOÃO MAURÍCIO DANTAS LEITE, contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, amparado na alínea "c", do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fls. 309/324, e-STJ):

EMENTA: AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO APELATÓRIO E DEU PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO. PROTESTO LEGÍTIMO. PAGAMENTO APÓS O VENCIMENTO DA DÍVIDA. INCUMBÊNCIA DO DEVEDOR EM PROCEDER A BAIXA DO PROTESTO. RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. INDENIZAÇÃO AFASTADA. AUSÊNCIA DE NOVOS FATOS E ARGUMENTOS CAPAZES DE ALTERAR A DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR.

1. Nos termos do art. 1.021 do CPC/15, é cabível o recurso de agravo interno contra decisão monocrática proferida pelo Relator. Contudo, não sendo apresentados novos fatos ou argumentos capazes de demonstrar elidir o ponto atacado do *decisum*, não há o que se falar em provimento do agravo interno.

2. Restou assentado no julgamento do Recurso Repetitivo de nº 1.339.436-SP (2012/0172838-0) do STJ, que "no regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto".

3. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Em suas razões de recurso especial (fls. 329/348, e-STJ), o recorrente aponta a ocorrência de dissídio jurisprudencial, quanto à interpretação conferida pela Corte de origem ao art. 43, § 3º, do CDC.

Sustenta o insurgente, em suma, a responsabilidade civil da instituição financeira demandada pelo abalo moral por ele suportado, na medida em que caberia a ela, após a quitação da dívida, a exclusão de seu nome de cadastro restritivo de crédito.

Insurge-se, por outro lado, contra o reconhecimento da ilegitimidade passiva da empresa Casa Agropecuária Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., oportunidade em que postula sua condenação nas verbas da sucumbência e a majoração do *quantum* indenizatório.

Por veicular matéria de ordem pública, requer a incidência de juros a partir da citação e correção monetária da data do arbitramento.

Contrarrazões às fls. 361/378 (e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 391, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de que aplicável, por analogia, o enunciado contido na Súmula 284/STF, o que ensejou a interposição do presente recurso (fls. 394/407, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a parte recorrente refuta a incidência do referido verbete sumular.

Contraminuta às fls. 412/426 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece acolhimento.

1. De início, consigne-se que a decisão recorrida foi publicada após a entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

2. Em uma análise detida das razões do apelo nobre, verifica-se que o recorrente não logrou êxito em demonstrar a ocorrência do dissídio jurisprudencial, nos termos do art. 255, § 1º, do RISTJ.

Como é cediço, a interposição do apelo extremo com fulcro no art. 105, III, "c", da Constituição da República exige comprovação e demonstração, com a transcrição dos trechos dos julgados que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, **não se oferecendo como bastante a simples transcrição de trechos ou de ementas dos arestos impugnados, sem a realização do necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.**

O ora agravante limitou-se a transcrever trechos dos julgados apontados como dissonantes, sem, contudo, **demonstrar a ocorrência do dissídio interpretativo, nos termos exigidos pela legislação.**

A falta de cotejo analítico, por sua vez, impede o acolhimento do apelo no tocante à alínea "c" do permissivo constitucional, pois não foram demonstradas em quais circunstâncias o caso confrontado e o arestos paradigmas aplicaram diversamente o direito, **sobre a mesma situação fática.**

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APELO NOBRE NÃO CONHECIDO. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. MERA TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a

decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, em relação à admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver o cotejo analítico, expondo-se as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, a fim de demonstrar a similitude fática entre o acórdão impugnado e o paradigma, bem como a existência de soluções jurídicas díspares, nos termos dos arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ.

3. É inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (CPC/2015, art. 1.021, § 1º).

4. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1655917/MA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. SÚMULA Nº 126/STJ. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. ARTIGO 476 DO CÓDIGO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.

(...)

4. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC/1973 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos arestos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas sem o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1057681/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017)

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo (art. 1.042, do CPC/15).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator